

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , 2021**

**(Do Sr. Gilson Marques)**

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto 10.797, de 16 de setembro de 2021.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam suspensos, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto 10.797, de 16 de setembro de 2021.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

O objetivo desse PDL é suspender os efeitos do Decreto 10.797, de 16 de setembro de 2021, que majorou o imposto sobre operações financeiras (IOF) cobrado sobre operações de crédito de pessoas jurídicas de 0,0042% para 0,00559% ao dia, e de pessoas físicas de 0,0084% para 0,01118% por dia, entre 20 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021.

Como sabemos, a regra geral da Constituição Federal para majoração de tributos é a aprovação por lei para sua majoração ou instituição:

“Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo **sem lei que o estabeleça**; (...)” (grifei).

A exceção, notadamente para impostos regulatórios, se refere a impostos que não têm natureza arrecadatória, como vemos no Código Tributário Nacional, lei 5.172/1966:

“Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos, ou sua redução, **ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;**” (grifei).



Os tributos referidos nos artigos em destaque se referem a impostos cuja natureza é regulatória: “política cambial e do comércio exterior.” (art. 21), “política nacional de habitação” (art. 39) e “política monetária” (art. 65, todos do Código Tributário Nacional). A respeito do caráter regulatório, ou extrafiscal dos tributos, explica Sabbag<sup>1</sup> que:

“(…) É cediço que o Estado tributa com vista a auferir receitas, e, assim, a *fiscalidade* ganha prevalência significativa. Todavia, a *extrafiscalidade*, afastando-se do mecanismo de pura arrecadação, objetiva corrigir anômalas situações sociais ou econômicas, buscando o atingimento de objetivos que preponderam sobre os fins simplesmente arrecadatórios de recursos financeiros para o Estado.”

Em mesmo sentido nos ensina Luciano Amaro, citado por Sabbag<sup>1</sup>, a diferença entre tributos arrecadatórios e tributos regulatórios que:

“(…) Segundo o objetivo visado pela lei de incidência seja (a) prover recursos à entidade arrecadadora ou (b) induzir comportamentos, diz-se que os tributos têm finalidade arrecadatória (ou fiscal) ou finalidade regulatória (extrafiscal).(…)”

Ou seja, existe a possibilidade de mudança da alíquota do imposto em análise exclusivamente por tratar-se de um imposto de natureza regulatória. Da mesma forma, ele pode ser reduzido sem previsão em lei - o que aconteceu em 2020, com a justificativa regulatória de apoiar o setor produtivo.

Ocorre que o próprio Governo, editor da norma, admitiu que está majorando este tributo com finalidade arrecadatória, qual seja, de financiamento do bolsa-família. Conforme nota do Ministério da Economia à imprensa<sup>2</sup>:

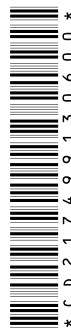
“Apesar de arrecadação recorde, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que é necessária a indicação de fonte para o aumento de despesa obrigatória. A instituição do programa social Auxílio Brasil acarretará um acréscimo na despesa obrigatória de caráter continuado em R\$ 1,62 bilhão neste ano”

Em que pese o fim ser nobre, o meio adotado é ilegal, visto que um imposto regulatório está sendo usado como arrecadatório, em claro desvio de finalidade tributária e afronta ao Código Tributário Nacional e à Constituição Federal.

Tampouco poder-se-ia argumentar a hipótese do § 2º do art. 97 do Código Tributário Nacional, ou seja, “*atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo*”, visto que o aumento do referido tributo em questão não ocorreu para preservar o valor monetário de sua arrecadação e sim de levantar mais recursos aos cofres da União. Conforme Súmula 160

1 SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 6ª edição. São Paulo. Saraiva. 2014. TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10ª edição revista e atualizada. São Paulo. Saraiva. 2012. (2014, p. 71)

2 <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/09/4949949-governo-aumenta-iof-para-financiar-ampliacao-do-novo-bolsa-familia.html>



do STJ em caso similar, é proibido ao Executivo aumentar alíquota por decreto para além do mero reajuste nominal.

Por fim, destacamos o conteúdo do Decreto 10.305 de 1º de abril de 2020, que zerou a referida alíquota a zero dentre os dias 3 de abril de 2020 ao dia 03 de julho daquele ano. Segundo página do Governo Federal, tal medida foi tomada como escopo das “[Medidas de Apoio ao Setor Produtivo](#)”<sup>3</sup>.

Como sabemos, infelizmente, os efeitos econômicos adversos da pandemia não se encerraram no Brasil. Em hipótese alguma, o aumento de tributos sobre crédito pode ser uma regulação considerada oportuna, e o próprio governo quando da edição do decreto 10.305 reconheceu a importância das alíquotas baixas sobre crédito para o apoio ao setor produtivo.

Assim, conclamo pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos do Decreto 10.797, de 16 de setembro de 2021 que ilegalmente majorou tributos em meio à grave crise por que passa o Brasil.

Sala das sessões, 17 de setembro de 2021.

---

Deputado GILSON MARQUES (NOVO/SC)

---

<sup>3</sup><https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/covid-19/paginas/receita-federal/decreto-no-10-305-de-1o-de-abril-de-2020-reducao-a-zero-de-aliquotas-do-iof-sobre-operacao-de-credito>

